



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

SETOR REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Vanessa Boniatti Sommer
DATA DE ENCAMINHAMENTO: 23/09/2024
E-MAIL: vanessa.sommer@campobom.rs.gov.br
TELEFONE: (51) 3598-8746

1 - OBJETO: Reforma das Capelas Mortuárias

GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA:

☒ Alta ☐ Média ☐ Baixa

DATA PREVISTA PARA A CONTRATAÇÃO: 10 de Novembro de 2024

TIPO DE OBJETO:

- ☒ Serviço não continuado
☐ Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra
☐ Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra
☐ Material de consumo
☐ Material permanente / equipamento

FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:

- ☒ Concorrência
☐ Dispensa de licitação
☐ Inexigibilidade
☐ Adesão à ata de registro de preços de outro(s) Órgão(s)
☐ Pregão Eletrônico.

Para a hipótese de pregão, assinalar: sistema de registro de preços/ata de registro de preços:

☐ SIM ☒ NÃO

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE MATERIAIS / SERVIÇOS A SER CONTRATADA					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Contratação de empresa, com fornecimento de material, mão de obra e responsabilidade técnica na reforma das Capelas Mortuárias do Município de Campo Bom, em conformidade com as disposições do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.	Serviço	1	R\$ 74.500,23	R\$ 74.500,23

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A contratação de serviços de reforma de prédios públicos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, é um aspecto crucial para a gestão pública eficiente e transparente. A importância do processo licitatório nesse contexto se dá por diversas razões.

Primeiramente, a licitação garante a competitividade entre os fornecedores, o que pode resultar em melhores preços e condições para a administração pública. Ao abrir o processo para diferentes empresas, o órgão público é capaz de selecionar a proposta mais vantajosa, não apenas em termos financeiros, mas também em relação à qualidade e à adequação dos serviços oferecidos.

Além disso, o processo licitatório é um instrumento que promove a transparência na gestão dos recursos públicos. A Lei nº 14.133/2021 estabelece normas que visam garantir que todas as etapas da licitação sejam públicas e acessíveis, permitindo que a sociedade acompanhe e fiscalize a utilização dos recursos públicos, minimizando riscos de corrupção e favorecimento.

Outro ponto relevante é a promoção da igualdade de condições entre os concorrentes. A lei estabelece diretrizes que devem ser seguidas para assegurar que todos os interessados tenham acesso às informações necessárias e condições justas de participação. Isso é fundamental para que pequenas e médias empresas possam competir em igualdade de condições com grandes corporações, estimulando a economia local e o desenvolvimento regional.

Ademais, a legislação prevê mecanismos de planejamento e controle mais rigorosos, como a exigência de estudos técnicos preliminares que justifiquem a contratação e a necessidade de elaborar um projeto básico ou executivo, que detalhem

claramente as expectativas para os serviços de reforma. Essa fase de planejamento é essencial para evitar contratações desnecessárias ou inadequadas, garantindo que os serviços atendam às necessidades da população.

Em suma, a contratação de serviços de reforma de prédios públicos através da Lei nº 14.133/2021, por meio de um processo licitatório, é de suma importância para assegurar eficiência, transparência, competitividade e controle na utilização dos recursos públicos, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados à sociedade e no fortalecimento da confiança da população nas instituições públicas.

Tendo em consideração a nova lei de licitações citada anteriormente, o presente estudo trata da contratação de empresa especializada para fornecimento de material, mão de obra e responsabilidade técnica para a obra de reforma das Capelas Mortuárias do Município de Campo Bom.

Diante disso, a Prefeitura Municipal de Campo Bom/RS, com o intuito de oferecer mais segurança e conforto para as famílias em momentos de dor e sofrimento, entende que é necessária a reforma das Capelas Mortuárias do Município.

É inegável que a dignidade no momento de despedida dos entes queridos é de suma importância para as famílias enlutadas. No entanto, as atuais condições das Capelas Mortuárias não condizem com o respeito e o conforto que esses momentos delicados exigem.

Por fim, além de atender a alta demanda de velórios, com uma média de 26 velórios mensais, manter esses espaços com estrutura confortável e humanizada contribui significativamente para o bem estar psicológico da comunidade.

PRAZO DE ENTREGA/ EXECUÇÃO:

3 meses a partir do termo de início de obra.

LOCAL DE ENTREGA OU DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

Av. São Leopoldo nº 771, Centro, Campo Bom/RS

INFORMAÇÃO ACERCA DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

Despesa: **07.02.1.078.4.4.90.51.99.01.01.18 (2059/2024)**

INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A Secretaria de obras indica o servidor Giovane de Mello Moisés Noronha 15094.

PUBLICAÇÃO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM SITO ELETRÔNICO CONFORME ART. 75 DA LEI 14.133/2021.

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

() Sim (x) Não

**NA HIPÓTESE DE NÃO PUBLICAÇÃO DO AVISO DE DISPENSA JUSTIFICAR:
INDICAÇÃO DE OUTRAS CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES OU VINCULADAS
A OUTRO DFD:**

**INDICADO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR, SE
A RESPOSTA FOR NÃO JUSTIFICAR:**

() sim (x) Não

A referida demanda não está prevista no Plano de Contratações Anual de 2024, entretanto, se mostra necessária diante do atual cenário existente, o qual o objeto de reforma proposto não apresenta condições de uso pela comunidade e não condizem com o respeito e o conforto que esses momentos delicados exigem. Desta forma, sua essencialidade é indiscutível, se justificando a abertura desta licitação mesmo sem previsão prévia no Plano de Contratação Anual.

Campo Bom, 10 de Outubro de 2024.

Jandrei da Cunha Gallas
Arquiteto e Urbanista – CAU A272172-4
Assessor Setorial de Planejamento Estratégico